

**ATA NÚMERO 305/XII/3.<sup>a</sup> SL**

Aos 3 dias do mês de setembro de 2014, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública, na sala 2 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Apreciação e votação das atas n.os 300, 301, 302, 303 e 304, referentes às reuniões de 24 (manhã e tarde) e 25 (manhã e tarde) de julho e 7 de agosto.
2. Apreciação e votação do parecer à Proposta de Lei n.º 244/XII/3.<sup>a</sup> (GOV) - "Procede à segunda alteração à Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro (Orçamento do Estado para 2014)".  
Autor(a) do parecer: Cabe ao Grupo Parlamentar do PS.
3. Deliberação sobre eventuais audições a realizar no âmbito da situação do Banco Espírito Santo/Novo Banco.
4. Apreciação e votação do relatório sobre a Petição n.º 313/XII/3.<sup>a</sup> – Não à privatização dos CTT, de iniciativa do Sindicato Nacional dos Trabalhadores dos Correios e Telecomunicações.  
Relator: Senhor Deputado Paulo Ribeiro de Campos (PS).
5. Outros assuntos.

- 
1. **Apreciação e votação das atas n.os 300, 301, 302, 303 e 304, referentes às reuniões de 24 (manhã e tarde) e 25 (manhã e tarde) de julho e 7 de agosto.**

As [atas n.ºs 300, 301, 302, 303 e 304](#), referentes às reuniões de 24 (manhã e tarde) e 25 (manhã e tarde) de julho e 7 de agosto, foram aprovadas por unanimidade, verificando-se a ausência dos Grupos Parlamentares do PCP e BE.

2. **Apreciação e votação do parecer à Proposta de Lei n.º 244/XII/3.<sup>a</sup> (GOV) - "Procede à segunda alteração à Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro (Orçamento do Estado para 2014)".**  
**Autor(a) do parecer: Cabe ao Grupo Parlamentar do PS.**

## Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

---

O Senhor Presidente recordou a baixa à Comissão – e distribuição para elaboração de parecer – da [Proposta de Lei n.º 244/XII/3.ª \(GOV\)](#) e a definição, pela Comissão Permanente, dos agendamentos do Plenário para efeitos de discussão na generalidade e votação final global, tendo de seguida o Senhor Deputado João Galamba (PS) apresentado o parecer à iniciativa, sublinhando que as alterações orçamentais constantes da proposta de lei são de ordem variada e não relacionadas com o acórdão do Tribunal Constitucional a normas constantes do Orçamento do Estado. Em sede de debate, usou da palavra o Senhor Deputado Jorge Paulo Oliveira (PSD), que deu nota de um eventual lapso material de redação, após o que, com essa ressalva, o parecer foi submetido a votação, tendo sido aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do BE.

O Senhor Presidente deu, adicionalmente, nota da reunião de Mesa e Coordenadores ocorrida na véspera, tendo sido consensualizado, sob condição de aprovação do diploma na generalidade, concretizar a audição já prevista do Senhor Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento não só no âmbito da execução orçamental mas também com vista à discussão, na especialidade, do diploma citado. Foi ainda definida a data limite de 9 de setembro, pelas 18h00, para a apresentação de propostas de alteração à Proposta de Lei, com vista à sua discussão e votação, na especialidade, na reunião da Comissão de 10 de setembro. O Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD) sugeriu que o Senhor Secretário de Estado se pudesse fazer acompanhar de outro membro do Governo caso o considerasse como oportuno. Por seu turno, o Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) solicitou o envio atempado dos guiões, tendo o Senhor Presidente informado que os serviços preparariam antecipadamente, como habitualmente, o envio célere dos documentos de apoio às votações.

### **3. Deliberação sobre eventuais audições a realizar no âmbito da situação do Banco Espírito Santo/Novo Banco.**

O Senhor Presidente da Comissão recordou que o presente ponto da Ordem do Dia decorria da reunião extraordinária da Comissão ocorrida em agosto, tendo ficado pendente de deliberação a proposta de audição da CMVM apresentada pelo Grupo Parlamentar do PS, e outras então discutidas.

Em sede de debate, o Senhor Deputado João Galamba (PS) reiterou a proposta apresentada, considerando igualmente necessário proceder à audição da Senhora Ministra de Estado e das Finanças. A Senhora Deputada Cecília Meireles (CDS-PP) recordou que foi também debatida, na altura, a possibilidade de constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito sobre esta matéria, termos em que poderia ser redundante a realização de audições em ambas as

Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

---

Comissões, pelo que propôs que a COFAP aguardasse uma decisão, intervenção que foi subscrita pelo Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD). O Senhor Deputado Pedro Filipe Soares (BE) usou da palavra para obstar a sucessivos adiamentos da deliberação das audições, recordando as competências da COFAP em matéria de acompanhamento do setor financeiro, não devendo a Comissão eximir-se de as exercer, termos em que deu anuência à audição proposta da CMVM, sugerindo ainda a audição da KPMG. O Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) recordou a proposta do Grupo Parlamentar do PCP referente à constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, subscrevendo que esta não exime a COFAP de exercer as suas competências, pelo que deu acordo às propostas de audições apresentadas. Interveio ainda, novamente, o Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD), que subscreveu as intervenções anteriores quanto às competências específicas da COFAP, mas considerando que uma deliberação deveria ser adiada, no máximo, por uma semana, com vista à decisão sobre a citada Comissão de Inquérito. O Senhor Presidente da Comissão, atentas as intervenções dos Grupos Parlamentares, as competências específicas desta Comissão em matéria de acompanhamento do setor financeiro e o regime jurídico dos inquéritos parlamentares, propôs adiar por uma semana a deliberação sobre audições na COFAP.

**4. Apreciação e votação do relatório sobre a Petição n.º 313/XII/3.<sup>a</sup> – Não à privatização dos CTT, de iniciativa do Sindicato Nacional dos Trabalhadores dos Correios e Telecomunicações.**

**Relator: Senhor Deputado Paulo Ribeiro de Campos (PS).**

O Senhor Presidente recordou que o presente ponto fora agendado para o final de julho, tendo sido adiado com vista à análise do relatório sobre a [Petição n.º 313/XII/3.<sup>a</sup>](#) pelos Grupos Parlamentares. De seguida, usou da palavra o Senhor Deputado Paulo Ribeiro de Campos (PS) para apresentar o citado relatório, tendo dado nota das pretensões dos peticionários, das diligências efetuadas, de outras atividades parlamentares ocorridas sobre esta matéria, dando de seguida nota dos diversos capítulos do relatório, em particular em sede do processo de privatização dos CTT. O relator terminou com a apresentação das conclusões e parecer constantes do relatório.

O Senhor Presidente agradeceu a intervenção e o trabalho do relator, bem como as diligências efetuadas.

Em sede de debate, começou por intervir o Senhor Deputado Afonso Oliveira (PSD), que recordou o acompanhamento continuado que a Assembleia da República tem feito ao processo de privatização dos CTT, considerando excessivo o tempo de tramitação da petição em apreço

Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

---

e defendendo que o relatório deveria transparecer com maior profundidade o conteúdo das audições efetuadas. Adicionalmente, efetuou uma série de considerações sobre o teor do relatório, defendendo que este deveria ser substancialmente alterado. De seguida, usou da palavra a Senhora Deputada Cecília Meireles (CDS-PP) que, saudando o relator pelo trabalho desenvolvido e pelas diligências efetuadas que conduziram a um relatório aprofundado, subscreveu a intervenção anterior. Interveio, posteriormente, o Senhor Deputado Bruno Dias (PCP), que recordou ter sido desenvolvido um trabalho aprofundado – o que justificou o tempo alargado de tramitação – nomeadamente no contexto das diligências efetuadas, após o que efetuou considerações sobre o teor do relatório, tendo colocado um conjunto de questões sobre o futuro dos CTT, após o que concluiu, solicitando a votação desagregada de parte do parecer. Por fim, o relator interveio, refutando as críticas de intencionalidade no relatório e recordando as citações dele constantes, de fontes governamentais e/ou institucionais.

O Senhor Presidente agradeceu as intervenções e recordou o enquadramento da discussão da petição, considerando ter existido um debate aprofundado, que continuará em plenário, após o que o Senhor Deputado Afonso Oliveira (PSD) solicitou que a votação fosse adiada para a reunião ordinária seguinte da Comissão.

**5. Outros assuntos.**

A Comissão deliberou não haver matéria que justifique o pedido de apreciação pública da [Proposta de Lei n.º 244/XII/3.ª \(GOV\)](#).

A reunião foi encerrada às 12:20 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 3 de setembro de 2014

**O PRESIDENTE,  
EDUARDO CABRITA**



Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

---

**Folha de Presenças**

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Afonso Oliveira  
Carlos Santos Silva  
Cecília Meireles  
Cristóvão Crespo  
Duarte Pacheco  
Eduardo Cabrita  
Elsa Cordeiro  
Fernando Virgílio Macedo  
João Galamba  
João Paulo Correia  
Jorge Paulo Oliveira  
José de Matos Rosa  
Nuno Reis  
Paulo Sá  
Pedro Filipe Soares  
Pedro Jesus Marques  
Sónia Fertuzinhos  
Artur Rêgo  
Conceição Bessa Ruão  
Hugo Velosa  
Ivo Oliveira  
Michael Seufert  
Pedro Pimpão  
Ulisses Pereira

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Fernando Barbosa  
Isabel Santos  
Pedro Nuno Santos